
PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO DA NATO

Intervenção de Sua Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional na reunião do EUROGRUPO que teve lugar em WASHINGTON, em 5 de Maio de 1993, sob o título «Perspectives on the Future of NATO: Mission, Roles, Tasks».

Fernando Nogueira

PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO DA NATO

Uma primeira palavra para saudar todos os participantes desta Conferência de Washington e, também, para salientar o apoio do Atlantic Council a esta importante actividade de informação do EUROGRUPO, cuja possível integração na UEO se pondera.

No nosso último encontro em Roma tivemos oportunidade de abordar Novos Modelos de Defesa, em função dos desafios actuais com que a conjuntura internacional nos confronta, assim como as novas solicitações que se colocam aos instrumentos militares.

Agora, num momento em que a Aliança assume, de acordo com a solicitação da Comunidade Internacional, uma responsabilidade concreta na protecção da Segurança Internacional, o Tema — *Perspectivas Futuras da OTAN*, não poderia ser mais adequado.

Contudo, a Aliança tem de continuar a desempenhar três papéis em permanência — o primeiro consiste em garantir o relacionamento estratégico transatlântico, incluindo a presença activa dos Aliados norte-americanos na Europa, situação que permitiu alcançar o actual ambiente de cooperação internacional.

O segundo, não menos importante que o anterior, é a participação activa da Aliança na concretização do «interlock» das diversas Organizações Internacionais políticas e militares, de índole europeia, interessadas na construção da Segurança e do Desenvolvimento — a CSCE, a UEO, a futura União Europeia e agora as Nações Unidas.

O terceiro, igualmente fundamental para a Aliança, é não se descaracterizar, do ponto de vista político e militar, mantendo a especificidade do seu controlo político, o seu processo de decisão, a solidariedade, a coesão e a sua capacidade efectiva de defesa.

Este último aspecto pressupõe a existência de instrumentos militares nacionais aliados, credíveis e imediatamente disponíveis, capazes de partici-

parem na Prevenção e Gestão de Crises e o empenhamento efectivo dos Estados Unidos na Aliança e na Europa.

Uma vez mais a capacidade de adaptação a novas realidades estratégicas, a flexibilidade dos mecanismos político e militares da Aliança e o seu processo de decisão, serão a garantia da resposta aos desafios futuros, como tem acontecido no passado.

A actuação na ex-Jugoslávia, no «Enforcement» da «No-Fly Zone» e todo o planeamento já desenvolvido com vista à implementação do Plano de Paz Owen-Vance (OVPP), constitui uma resposta consolidada às novas missões que a Aliança pode desempenhar.

Esta nova postura estratégica decorre de um processo unanimemente assumido em Roma, com a definição do Novo Conceito Estratégico e, mais tarde, explicitado e aceite por todos os Membros, em Oslo, relativamente à participação da Aliança nas acções de «Manutenção de Paz», sob a égide da ONU ou da CSCE.

São evidentes e indiscutíveis as capacidades da Aliança para o desempenho daquelas acções, quer no âmbito do Comando, Coordenação e Controlo e das necessárias Infra-Estruturas, quer quanto à aptidão, experiência e disponibilidade das Forças Militares dos Países Membros.

É reconhecido, também, que a desejável multinacionalidade e participação alargada em Operações de Paz encontram na Aliança um aparelho com capacidade para enquadrar e controlar forças militares disponibilizadas por Países não pertencentes à OTAN, afigurando-se esta atitude da Aliança como uma tarefa futura a ter em conta.

Igualmente outras acções, sejam de fiscalização, de vigilância ou operações humanitárias, encontram na Aliança uma capacidade em meios humanos e materiais que a Comunidade Internacional não deve desperdiçar — também aqui se perfilam tarefas futuras.

A questão que temos de colocar, agora, é perspectivarmos aquilo que a Aliança pode ainda fazer, de uma forma legitimada pela Comunidade Internacional, aproveitando todas as potencialidades das suas estruturas civil e militar.

O funcionamento do NAC-C e as relações com os Parceiros da Cooperação, conduzidas pelos Ministros da Defesa, constituem acções que ampliam o debate e a participação nas questões relativas à Segurança, cuja clarificação contribui para o reforço da confiança mútua.

Estas actividades decorrem do reconhecimento das oportunidades que a actual conjuntura internacional abriu aos mecanismos de intervenção políticos e diplomáticos, e é neste quadro que, numa primeira prioridade, devemos equacionar novos níveis de actuação para a Aliança.

O conceito amplo de Segurança, que hoje pretendemos preservar, tem de considerar riscos diversificados, geograficamente disseminados, que, pelas suas características múltiplas, exigem respostas abrangentes de carácter político, económico, social e, também, quando necessário, militar.

O Diálogo e a Cooperação subjacentes às acções que a Aliança tem desenvolvido com os Parceiros da Europa Central e de Leste, e também com as diversas Repúblicas da CEI, constituem uma experiência que, pelos efeitos produzidos, importa ponderar.

Do meu ponto de vista outras acções que venham a ser desenvolvidas terão de decorrer de um quadro político consensual entre todos os Membros da Aliança, o que não parece difícil, sendo naturalmente o Conselho o órgão adequado para a definição dessas novas actividades.

Por exemplo, não me surpreenderia se no futuro a Aliança encarasse a possibilidade da utilização dos seus mecanismos político-diplomáticos, em acções idênticas, alargando a sua actuação a outras áreas regionais.

Os desafios que se colocam na Bacia Sul do Mediterrâneo, a sua índole diversificada e os aspectos particulares, quer desta área regional, quer o carácter qualitativo dos potenciais factores de instabilidade, exigem mais do que apenas a sua observação.

Poderia considerar-se ser necessário ultrapassar esta atitude de mera constatação das realidades estratégicas que ali se evidenciam e adoptar uma postura que torne a Aliança um agente polarizador do diálogo e da procura de vias de concertação para alcançar grandes objectivos.

É esta disponibilidade e abertura política que amplia o diálogo entre os diversos Estados e que permite a concretização de um «Partnership», que favorece a confiança e abre campo para formas mais avançadas de relacionamento e para o aprofundamento da cooperação.

A Aliança Atlântica dispõe, na sua estrutura civil, de diversos «Comités» com especial aptidão para estabelecer um relacionamento com as élites diversificadas dos Países da Bacia Sul do Mediterrâneo e para fazer o estudo sócio-político daquelas Sociedades.

É necessário trazer ao conhecimento da Aliança em geral, e aos seus diversos Membros em particular, o conhecimento real dos anseios daquelas Sociedades e as suas realidades políticas, sociais e religiosas.

Paralelamente, é importante criar um «forum» de diálogo em que aqueles Estados possam trazer ao seio da Aliança os seus pontos de vista, ter oportunidade para os clarificar e, no momento, entender as posições aliadas, potencialidades e disponibilidade, para participar em objectivos comuns.

Esta atitude é, simultaneamente, mais uma oportunidade para o reforço da coordenação estreita com outras Organizações, privilegiando a transparência de procedimentos e a complementaridade, em áreas de actuação não totalmente coincidentes.

Refiro-me à CSCE e às suas decisões relativamente à área do Mediterrâneo, à UEO e às suas preocupações com a mesma região, à Comunidade Europeia e ao Grupo dos Dez e a sua atenção específica para com os Países do Magrebe e, ainda, à natural aptidão de relacionamento bilateral de alguns Países Membros da Europa do Sul.

É importante, também, não ignorar o capital de conhecimento das realidades sócio-políticas e religiosas dos Países da Bacia Sul do Mediterrâneo, por parte dos Países Membros da Aliança, situados na Europa do Sul, que detêm para com aqueles Estados um relacionamento histórico.

Sem descuidar as acções que a partir do Diálogo e da Cooperação visam o objectivo final do aumento da estabilidade e da segurança regional, é um facto que a confiança, indispensável para aquele fim, pode obter-se a partir da participação mútua em actividades diversas.

Essas actividades decorrem da identificação de necessidades concretas, no âmbito da cooperação científica e tecnológica, e, também, de preocupações comuns que cabem nas acções de protecção do ambiente e na reflexão prospectiva que, por exemplo, o «Comité» para os Desafios da Sociedade Moderna tem desenvolvido.

A OTAN garantiu a Paz na Europa, ao longo de quarenta anos, ganhou a Guerra Fria e permitiu alcançar o actual clima de relacionamento internacional, marcado pelo desanuviamento e pela procura da consolidação da estabilidade regional e internacional.

O desafio do futuro é fazer da Aliança, sem a descaracterizar e sem ser necessário abordar complexos processos de alargamento, uma Organização

polarizadora dos estímulos que conduzem ao Diálogo e à Cooperação, política e militar, e que sirva o grande objectivo da preservação da Paz.

Ontem como hoje a Aliança é vista pela Comunidade Internacional como um referencial de Estabilidade e de garantia da Segurança e da Paz; é assim que deverá continuar no futuro.

Washington, 5 de Maio de 1993.

Fernando Nogueira